



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 201971-2

001

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PACIENTE: CARLOS ALBERTO JOSÉ DA SILVA JÚNIOR

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO QUALIFICADO PELO PORTE DE ARMA DE FOGO. EXCESSO DE PRAZO. PROCESSO QUE TEM SEU CURSO NORMAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS AUTORIZADORES DA CUSTÓDIA PREVENTIVA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. DECISÃO – ORDEM DENEGADA POR UNANIMIDADE.

1. Não há que se falar em constrangimento ilegal se o feito tramita dentro de prazo razoável, inclusive com audiência de instrução e julgamento em continuação já designada.
2. A comoção que o delito causa na sociedade, gerando expectativa de impunidade, é motivo para a decretação da segregação cautelar como garantia da ordem pública.

3. As condições pessoais favoráveis do réu não são garantidoras de eventual direito subjetivo à liberdade provisória, se a necessidade da prisão processual é recomendada por outros elementos dos autos.



ACÓRDÃO

002

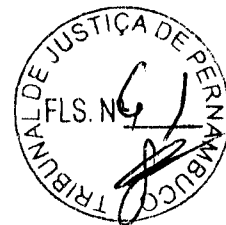
Vistos, relatados e discutidos estes autos do Habeas Corpus nº 201971-2, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em denegar a ordem requerida, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 15 de dez de 2009.

Marco Antônio Cabral Maggi
Des. Presidente e Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 201971-2

003

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PACIENTE: CARLOS ALBERTO JOSÉ DA SILVA JÚNIOR

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

RELATÓRIO

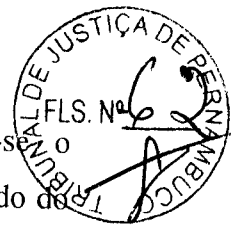
Trata-se de *Habeas Corpus* liberatório impetrado pela Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, na pessoa da Defensora **ROBERTA RODRIGUES PITANGA**, em favor de **CARLOS ALBERTO JOSÉ DA SILVA JÚNIOR**, no qual aponta como autoridade coatora o Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Olinda-PE.

Afirma a impetrante que o paciente foi preso em flagrante delito no dia 16 de maio de 2009, sob acusação da prática do crime de roubo qualificado.

Ressalta que durante o mutirão carcerário foi formulado em seu favor pedido de liberdade provisória, que foi indeferido com base na suposta gravidade do delito.

Argumenta que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção em virtude da falta de fundamentação na decisão que denegou o pleito de liberdade provisória, além do fato de possuir condições pessoais favoráveis à concessão do benefício. Por fim, defende que há excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal.

Dessa forma, pugnou pela concessão sumária da ordem, expedindo-se o competente alvará de soltura em favor do paciente, confirmando-se a medida quando do julgamento definitivo do writ.



Juntou documentos de fls. 16/36.

004

Às fls. 38/39 indeferi o pedido liminar ora formulado.

Instada a prestar as informações de estilo, a autoridade apontada coatora relatou às fls. 46/48 que o paciente foi denunciado no dia 17 de junho do corrente ano como incurso nas sanções do artigo 157, §2º, I do Código Penal. Recebida a peça acusatória e apresentada a defesa preliminar, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 22 de março de 2010.

Por fim, ressaltou que, embora tecnicamente primário, o paciente já cometeu inúmeros outros ilícitos contra o patrimônio quando menor, registrando três representações perante o juízo daquela Comarca.

A Procuradoria de Justiça, em parecer ofertado às fls. 54/55, opinou pela denegação da ordem.

É O RELATÓRIO.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



005

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 201971-2

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PACIENTE: CARLOS ALBERTO JOSÉ DA SILVA JÚNIOR

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

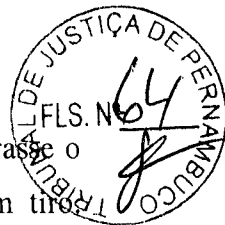
VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Sustenta a impetrante que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção em virtude do excesso de prazo para conclusão da instrução criminal, além do fato de encontrar-se desprovida de fundamentação a decisão que denegou o pleito de liberdade provisória formulado em seu favor, não obstante possuir condições pessoais favoráveis.

Segundo consta dos autos, no dia do fato delituoso o paciente adentrou em um veículo coletivo que fazia a linha Sítio Novo/Rio Doce e, logo após a partida do veículo, anunciou o assalto apontando uma arma de fogo contra os passageiros. Durante o crime, o paciente subtraiu diversos pertences das vítimas sempre ameaçando efetuar disparos em direção aos presentes.



Já de posse dos objetos roubados, o paciente determinou ao motorista que parasse o coletivo para que ele descesse, ressaltando que se fizesse nova parada levaria um tiro. Momentos após foi abordado por Policiais que realizavam patrulhamento ostensivo no bairro de Peixinhos, os quais lhe deram voz de prisão em razão do porte irregular de arma e munições, oportunidade em que constatarem os diversos bens que trazia consigo. 006

Perante a autoridade policial, o paciente confessou a prática do assalto ao coletivo, além de ter revelado o ânimo em realizar outros delitos na redondeza, tendo ainda declarado que anteriormente foi apreendido por ato infracional equiparado a roubo, período em que permaneceu cerca de 02 (dois) anos na FUNDAC.

Como se sabe, a concessão de *habeas corpus* em razão da configuração de excesso de prazo é medida de todo excepcional, somente admitida nos casos em que a dilação seja decorrência exclusiva de diligências suscitadas pela acusação; resulte da inércia do próprio aparato judicial; ou implique em ofensa ao princípio da razoabilidade.

No presente caso, ainda com base nas informações prestadas pela autoridade apontada coatora, infere-se que ela tem agido com diligência em seu mister, considerando que já a audiência de instrução e julgamento já se encontra designada para o dia 22 de março do próximo ano, encontrando-se o feito em sua natural tramitação, não havendo que se falar em constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Quanto ao argumento de que a decisão que indeferiu o pleito de liberdade provisória encontra-se carente de fundamentação, tenho que não merece prosperar. Para uma melhor compreensão dos fatos, transcrevo a seguir trechos da respectiva decisão de fls. 31:

“(…) De outra banda, não vislumbro ser o caso de concessão de liberdade provisória em favor do acusado, apesar de não apresentar antecedentes, as circunstâncias de sua prisão denotam sua periculosidade, tendo em vista terem sido encontrados em seu poder, além de outros objetos roubados neste autos, outros objetos que o próprio acusado disse ser fruto de outros roubos em coletivos, esta, inclusive, uma modalidade de delito

que vem atormentando os usuários do sistema coletivo da região metropolitana do Recife, com ampla repercussão social, devendo, portanto, ser resguardada a ordem pública. (...)



007

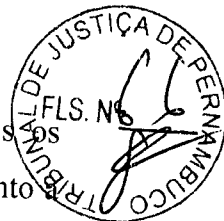
Tenho, portanto, que estão presentes todos os pressupostos fáticos-jurídicos necessários à manutenção da custódia preventiva como medida necessária a se garantir a ordem pública afastando do convívio social pessoa perigosa e que em liberdade pode voltar a cometer novos delitos.

Há no presente caso indícios de personalidade desvirtuada, o que reforça a necessidade da constrição cautelar como medida de defesa social. O paciente afirmou ao Delegado de Polícia que pretendia cometer outros crimes nas redondezas, além do fato de que, quando menor de idade, cometeu por várias vezes ato infracional equiparado a roubo, o que indica ser ameaça concreta à ordem pública.

É válido ressaltar, ainda, que o delito imputado ao paciente é grave, visto tratar-se de roubo realizado com porte de arma de fogo em coletivo, delito esse que, pela progressiva frequência com que vem ocorrendo, tem sido causa de crescente clamor e temor na sociedade. É essa inegável repercussão social que justifica a invocação da garantia da ordem pública como fundamento para negar a concessão de liberdade provisória. A jurisprudência tem-se manifestado reiteradamente a respeito de todos esses aspectos:

"O pleito de liberdade provisória se mostra inviável, quando presentes os requisitos da custódia preventiva. A conduta imputada ao paciente (roubo praticado mediante violência e ameaça com uso de armas de fogo) é grave, sendo fortes os indícios de autoria. Colocado em liberdade, certamente colocaria em risco a ordem pública, podendo vir a cometer outros delitos, bem como empreender fuga, frustrando a instrução criminal e a aplicação da Lei Penal. Além do mais, o processo encontra-se em sua fase inicial, com interrogatório a ser realizado. O juiz monocrático,

quando melhor analisar as provas, poderá, preenchidos os requisitos, conceder sua liberdade. Não há constrangimento a ser sanado pela via pretendida, estando a prisão revestida de legalidade. Denegou-se a ordem. Unânime. Denegar a ordem. Unânime." (TJDF - HBC 20010020066312 - 2ª T.Crim. - Rel. Des. Vaz de Mello - DJU 27.02.2002 - p. 70).



008

Outrossim, a primariedade e os bons antecedentes, por si sós, apesar de serem circunstâncias favoráveis que deverão ser consideradas no momento processual adequado, não afastam a possibilidade de manutenção da prisão preventiva, quando presentes os fundamentos que justifiquem a medida cautelar. Neste sentido:

TACRSP: "O fato de o agente ter residência fixa, família constituída, ocupação lícita e ser primário, não impede que sua prisão preventiva seja decretada, uma vez que presentes os indícios suficientes da existência do crime e de sua autoria, bem como os requisitos de garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e segurança de futura aplicação da Lei Penal" (RJDTACRIM 30/354).

Diante do exposto, considerando que o processo segue seu trâmite normal, sendo o suposto constrangimento ilegal superado e, ainda, que estão presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, não vislumbro qualquer ilegalidade a ser sanada através do presente writ, razão pela qual meu voto é pela denegação da ordem.

É COMO VOTO.